

FAQ – POLÍTICA NACIONAL DE CONECTIVIDADE EM RODOVIAS

1. O que é a Política Nacional de Conectividade em Rodovias?

É uma iniciativa do Ministério das Comunicações para ampliar e melhorar a cobertura de telefonia móvel nas rodovias brasileiras, especialmente nos trechos fora das áreas urbanas. A proposta prioriza cobertura em 4G ou tecnologia superior e busca garantir maior continuidade do serviço durante os deslocamentos.

2. Por que o Governo Federal está criando essa política?

Porque ainda existem trechos de rodovias sem cobertura adequada ou nos quais o usuário fica sem sinal porque sua operadora não possui rede naquele ponto.

O problema afeta não apenas o conforto do motorista, mas também segurança, atendimento a emergências, logística, transporte de cargas e atividade econômica. A análise de impacto regulatório do MCom aponta impactos sobre segurança viária, eficiência logística, desenvolvimento regional e sustentabilidade.

3. Qual é o principal objetivo?

O objetivo é ampliar a cobertura do Serviço Móvel Pessoal (SMP) nas rodovias, com prioridade para as rodovias federais, e reduzir as diferenças de cobertura entre as regiões do país.

4. O que muda para quem está viajando?

A expectativa é que o motorista tenha mais possibilidade de permanecer conectado durante a viagem, inclusive em trechos atualmente sem cobertura.

5. O motorista precisará trocar de operadora?

Não. Um dos mecanismos previstos é a itinerância (roaming) nas rodovias. A ideia é permitir que o usuário utilize uma rede disponível no trecho, mesmo que ela pertença a uma operadora diferente daquela contratada por ele.

Exemplo: se o cliente da operadora A estiver em um trecho onde apenas a operadora B possui cobertura, ele poderá ser atendido pela rede B, conforme as regras de itinerância estabelecidas.



6. Isso significa que todas as operadoras terão que compartilhar suas redes?

A política prevê atendimento ao usuário itinerante e determina que a Anatel regule a oferta do SMP em regime de itinerância nas rodovias.

Os detalhes técnicos, regulatórios e de remuneração entre as prestadoras são tratados no âmbito da regulamentação da Anatel.

7. Quais rodovias serão priorizadas e por que?

A política estabelece prioridade para rodovias federais: BR-101, BR-116, BR-135, BR-163, BR-242 e BR-364.

A priorização considera a relevância dessas rodovias para a circulação de pessoas e cargas e os compromissos associados à expansão da cobertura.

8. Qual é a meta apresentada pelo Governo?

O governo prevê a ampliação de 72.337 km de cobertura para os consumidores, sendo 29.888 km nas rodovias federais e 42.449 km nas estaduais.

9. Por que a política é importante para a segurança?

Porque conectividade pode significar resposta mais rápida em uma emergência. Em caso de acidente, pane mecânica ou outra situação de risco, o usuário poderá ter melhores condições de pedir socorro; acionar SAMU 192, Bombeiros ou polícia; informar sua localização; receber informações sobre a rodovia e manter contato com familiares.

10. De onde virão os recursos?

A expansão poderá utilizar diferentes mecanismos e fontes de financiamento. Dentre eles, estão previstos investimentos decorrentes de obrigações de cobertura estabelecidas pela Anatel nos editais de radiofrequências. Existem outras medidas regulatórias que preveem a possibilidade de converter sanções pecuniárias/monetárias aplicadas às prestadoras que cometeram infrações em obrigações de ampliação de redes, como é o caso das Obrigações de Fazer - OdFs ou mesmo dos termos de ajustamento de condutas TACs.



Além disso, estão sendo previstos compromissos de conectividade nos novos contratos de concessão de rodovias federais. Nesses casos, as prestadoras de telecomunicações e as concessionárias de rodovias assumem compromissos de investimento para ampliar a cobertura.

As prestadoras também poderão realizar investimentos por iniciativa própria na expansão das redes e deverão celebrar acordos de itinerância (roaming), que permitem aos seus usuários utilizar a rede de outras prestadoras nos trechos já cobertos.

11. A política envolve apenas telefonia celular?

Não. A política do MCom tem como foco principal a conectividade móvel, mas ela se articula com uma agenda mais ampla de digitalização das rodovias.

A política proposta pelo Ministério dos Transportes, por exemplo, prevê comunicação digital com usuários, sistemas de resposta rápida a emergências, monitoramento, inovação logística, veículos conectados e automação de processos das concessionárias.